TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

TARDE

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA FIM

PROVA OBJETIVA
TIPO 2 (VERDE)

SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala do cartão de respostas.

As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões.**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o programa, a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com programa ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

MÓDULO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS
Língua Portuguesa

1

As opções a seguir apresentam frases em que foram empregadas construções redundantes, ***à exceção de uma***. Assinale-a.

(A) Aos 80 anos, o escritor decidiu escrever sua autobiografia.
(B) Politicamente, o Brasil está dividido em duas metades.
(C) Na opinião abalizada deles, não irá chover no Natal.
(D) O pelotão decidiu avançar para a frente.
(E) A turma saiu devagar, sem pressa, para o recreio.

2

Assinale a frase em que a preposição *com* mostra valor corretamente indicado.

(A) "Passou, porém, uma senhora *com* um menino." / modo.
(B) "As armas *com* que lutava eram certamente de boa têmpera." / companhia.
(C) "Capitu foi ao muro e, *com* um prego, disfarçadamente, riscou os nossos nomes escritos." / meio ou instrumento.
(D) "Rubião ofereceu-lhe a casa *com* insistência." / finalidade.
(E) "Rubião ficou passeando no jardim, *com* as mãos no bolso do chambre." / companhia.

3

A pronúncia correta das palavras e sua escrita adequada são partes importantes do ensino e da prática da Língua Portuguesa. As opções a seguir apresentam frases com palavras sublinhadas e, sobre cada uma dessas palavras, aparece uma observação sobre a sua pronúncia.

Assinale a opção cuja observação está correta.

(A) A polícia britânica informou neste sábado a prisão de 31 pessoas em um protesto contra o fundamentalismo islâmico e o fascismo na cidade de Birmingham, no centro da Inglaterra. (*Folha de São Paulo,* 09/08/2009). *Por ser palavra de origem italiana, a pronúncia adequada desse vocábulo deve ser "fachismo"*.
(B) A construção tem o formato de um condor, ave símbolo de força e liberdade para os moradores dos Andes. (*Folha de São Paulo,* 07/07/2011). *A pronúncia correta desse vocábulo é como palavra paroxítona – condor – e não como oxítona - condor*.
(C) O filantropo anônimo viajou dos Estados Unidos para a Austrália no ano passado para doar o quadro do gênio cubista. (*Folha de São Paulo,* 27/04/2011). *A palavra destacada deve ser pronunciada como proparoxítona (filantropo) e não como paroxítona (filantropo)*.
(D) Deve-se dar à criança o direito ao ensino gratuito. (*Unicef*, 2013). D*eve-se pronunciar UI (gra-tui-to) como ditongo e não como hiato (gra-tu-í-to)*.
(E) Sem saber como contratar os novos músicos, o teatro passou a incluí-los na rubrica que estava à mão: "verbas de terceiros", uma forma destinada, exclusivamente, à contratação temporária. (*Folha de São Paulo.* 10/07/2009). *A palavra é proparoxítona (rubrica) e não paroxítona (rubrica)*.

4

Assinale a frase em que o termo sublinhado deveria aparecer grafado sem hífen.

(A) A instituição está organizando o abaixo-assinado junto com a ABC (Academia Brasileira de Ciências). (*Folha de São Paulo,* 14/09/2011)
(B) Bendito quem inventou o belo truque do calendário, pois o bom da segunda-feira, do dia 1º do mês e de cada ano novo é que nos dão a impressão de que a vida não continua, mas apenas recomeça... (Mário Quintana)
(C) Todo o homem prefere manter contato com um velhaco bem-educado a mantê-lo com um santo mal-educado. (Marie Eschenbach)
(D) Enfermeira baiana emociona ao cantar para recém-nascidos. (*Uol*, 19/12/2025)
(E) Sem-braços desde a infância, influenciadora mostra habilidade em dirigir com os pés. (*Uol,* 19/12/2025)

5

Assinale a opção que apresenta a frase em que a pronúncia da palavra sublinhada, na forma plural, é feita com **o** fechado (**ô**).

(A) Com variação negativa, milho em grão primeira safra (7,1%), algodão herbáceo em caroço (5,0%), amendoim em casca primeira safra (4,5%), arroz em casca (2,1%) e batata-inglesa primeira safra (1,3%). (*Folha de São Paulo,* 07/01/2010)
(B) Fazendo coro com a central, Thaísa disse que os torcedores não estão confiantes em relação ao time. (*Folha de São Paulo,* 03/08/2012)
(C) Se o sujeito está com o rabo no forno e a cabeça na geladeira, não se pode dizer que ele está com uma ótima temperatura média. (Delfim Neto. *Folha de São Paulo,* 30/08/2011)
(D) Apesar do reforço na segurança, a explosão de um carro no norte do país nesta segunda-feira deixou cinco policiais e um miliciano curdo mortos. (*Folha de São Paulo,* 29/06/2009)
(E) O populista prefeito da capital búlgara não duvidou em prometer que mandaria para prisão vários ministros envolvidos em casos de fraude e suborno. (*Folha de São Paulo,* 05/07/2009)

6

Assinale a frase em que o termo sublinhado é identificado como aposto especificativo ou designativo.

(A) "Encarei-o bem; era o meu gato Sultão, que brincava à porta da alcova com uma bola de papel..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
(B) "Estácio possuía estas duas coisas, a retratação do erro e a generosidade do perdão." (*Helena*)
(C) "Nascera Maria Benedita na roça e gostava da roça. A educação foi sumária: ler, escrever, doutrina e algumas obras de agulha." (*Quincas Borba*)
(D) "As despedidas da mãe foram dolorosas; beijos, soluções, exclamações, tudo de mistura, e lancinante." (*Quincas Borba*)
(E) "Creio que por então é que começou a desabotoar em mim a hipocondria, essa flor amarela, solitária e mórbida." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

7

As frases a seguir foram retiradas de diferentes obras de Machado de Assis. Assinale aquela em que o termo sublinhado mostra um substantivo abstrato que tenha adquirido valor concreto.

(A) "Podia não ser mais que uma galanteria, e as galanterias é de uso que se agradeçam." (*Quincas Borba*)
(B) "Entre um pirralho da minha idade e uma viúva quarentona, não havia lugar para ciúme." (*Dom Casmurro*)
(C) "Capitu, aos quatorze anos, tinha já ideias atrevidas." (*Dom Casmurro*)
(D) "Quando nem mãe nem filho estavam comigo, o meu desespero era grande." (*Dom Casmurro*)
(E) "Lá se iam bailes e festas, lá ia a liberdade e a folga." (*Esaú e Jacó*)

8

Entre as frases machadianas a seguir (adaptadas), assinale a que mostra concordância verbal correta.

(A) Sofia, passado o susto e o espanto, mergulhou no devaneio. (*Quincas Borba*)
(B) Nem eu, nem tu, nem ela, nem qualquer outra pessoa desta história poderiam responder mais. (*Dom Casmurro*)
(C) Ou a idade do outro ou a índole de suas relações tolhiam essa confidência íntima. (*Iaiá Garcia*)
(D) Fui devagar, mas ou o pé ou o espelho traíram-me. (*Dom Casmurro*)
(E) Lá se ia a honra e a dignidade. (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

9

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado mantém a sua *função adjetiva*, ao contrário das demais que mostram função adverbial.

(A) "O pai, com a alma trôpega, falava muito e incoerente." (*Esaú e Jacó*)
(B) "Estou só, totalmente só, os rumores de fora nada disto vive para mim." (*Memorial de Aires*)
(C) "O trem leva a gente de corrida, de afogadilho, desesperado, até a próxima estação de Petrópolis." (*Memorial de Aires*)
(D) "Capitu ria alto, falava alto, como se me avisasse." (*Dom Casmurro*)
(E) "Sofia comia bem, dormia largo e fofo." (*Quincas Borba*)

10

Assinale a frase em que o *galicismo* (palavra de origem francesa) empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

(A) As meninas de hoje deixaram de usar *rouge*, mas continuam usando pó-de-arroz. / maquiagem.
(B) A sala possuía um *abat-jour* sobre todas as mesinhas. / quebra-luz.
(C) Os carros eram deixados na *garage* do prédio. / depósito.
(D) Os filés eram acompanhados de *patê* de fígado. / molho.
(E) A viúva usava um *robe de chambre* muito elegante. / sobretudo.

Atenção: o fragmento de texto a seguir, retirado do *Livro dos Erros*, organizado por Mário Goulart, refere-se às duas próximas questões.

"Marco Nanini devia entrar em cena como Lady Enid, dizendo:

— Estamos sendo perseguidos por fantasmas e espíritos.

Mas o ator entrou com um cabide pendurado no vestido. Então disse naturalmente:

— Estamos sendo perseguidos por fantasmas, espíritos e cabides."

11

Sobre a organização estrutural e a significação dos termos presentes no texto, assinale a afirmativa correta.

(A) Marco Nanini aparece sem qualquer identificação porque o autor do texto considera que os leitores não o identificarão, por já ser ator antigo.
(B) Lady Enid não vem acompanhada de um termo identificador porque se trata de personagem desconhecido, não sendo importante no texto.
(C) A conjunção "Mas", sendo adversativa, tem a função de negar o que foi dito anteriormente – "Estamos sendo perseguidos por fantasmas e espíritos".
(D) O termo "o ator" aparece como sinônimo do termo "Marco Nanini", citado antes.
(E) O advérbio "naturalmente" valoriza o ator citado, por sua presença de espírito.

12

Com base no texto anterior, observe a seguinte frase:

"*Marco Nanini devia entrar em cena como Lady Enid, dizendo: — Estamos sendo perseguidos por fantasmas e espíritos*."

A expressão sublinhada traz o verbo *entrar*, seguido da preposição *em*, com valor semântico de *lugar*.

O mesmo tipo de construção aparece na seguinte frase:

(A) O paciente, vítima de atropelamento, chegou ao hospital pela manhã e entrou em coma pouco depois.
(B) Depois de um dia inteiro de trabalho estafante, o operário, às pressas, entrou em casa, dormindo a seguir.
(C) Pelo visto, o assunto não entrou em pauta no noticiário jornalístico.
(D) Os camelôs entraram em discussão com os policiais, em função do local em que tinham colocado suas mercadorias.
(E) Com a notícia do fechamento do banco, muitos investidores entraram em desespero.

13

Assinale a opção que apresenta a frase em que a preposição *entre* tem o valor semântico de indicar posição intermediária entre dois pontos.

(A) Havia muito riso, muito parolar de papagaios; pequenos travessavam, tão depressa rindo como chorando; os italianos faziam a ruidosa digestão dos seus jantares de festa; ouviam-se cantigas e pragas entre gargalhadas. (*O Cortiço*)

(B) E fazendo do resto do seu dinheiro um bolo, que ele, um pouco ébrio, apertava nos dedos, agora, claros e quase descalejados, socou-o na algibeira do lado direito explicando entre dentes que ali ficava ainda bastante para o que desse e viesse, no caso de algum contratempo. (*O Cortiço*)

(C) — Sei-o eu lá se me morreu?... disse Piedade entre soluços. Vi tanta coisa esta noite!... (*O Cortiço*)

(D) A mulata então aproximou-se dele, por detrás; segurou-lhe a cabeça entre as mãos e beijou-o na boca, arredando com os lábios a espessura dos bigodes. (*O Cortiço*)

(E) O Barão e o Botelho apareciam por lá quase todos os dias; examinavam os materiais escolhidos para a construção, batiam com a biqueira do chapéu de sol no pinho-de-riga destinado ao assoalho, e afetando-se bons entendedores, tomavam na palma da mão e esfarelavam entre os dedos um punhado da terra e da cal com que os operários faziam barro. (*O Cortiço*)

14

As opções a seguir apresentam frases que utilizam o verbo haver em lugar de outro, que tenha significado mais específico.

Assinale a opção em que a substituição de haver por outro verbo é feita de forma adequada.

(A) Dizem que haverá eleições antes do previsto. / ocorrerão.

(B) Naquela reunião houve apreciações bem diferentes. / trouxeram.

(C) A meteorologia afirma que haverá sol no final de semana. / acontecerá.

(D) Lá longe, atrás da montanha, há uma igreja. / surge.

(E) As estatísticas mostram que, a cada dia, há mais gente nos estádios de futebol. / assiste.

15

Nas frases machadianas a seguir, há um termo precedido de artigo indefinido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está ***incorretamente*** identificada.

(A) "Indaguei de Virgília, depois ficamos a conversar uma meia hora." / Há indicação de cálculo aproximado. (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

(B) "E o protesto não foi só com os lábios, foi também com os olhos – uns olhos aveludados e brilhantes." / Mostra ideia de dupla, de par. (*Ressurreição*)

(C) "Natividade e um padre Guedes que lá estava, gordo e maduro, eram as únicas pessoas interessantes da noite." / Mostra sentido vago e indefinido. (*Esaú e Jacó*)

(D) "Os dedos roçavam na nuca da pequena ou nas espáduas vestidas de chita, e a sensação era um deleite." / Mostra valor cômico. (*Dom Casmurro*).

(E) "-Sei, sei que você tem umas filosofias... Mas falemos do jantar; que há de servir hoje?" / Tem valor depreciativo. (*Quincas Borba*)

Noções de Legislação

16

Carla, servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS), desejando aumentar sua renda mensal, realizou concurso público para o cargo de analista da autarquia estadual *Alfa* e para o cargo de advogada da sociedade de economia mista estadual *Beta*, sendo aprovada em ambos os certames.

Considerando que a intenção da servidora é acumular seu cargo de origem no TJMS com um dos cargos para o qual foi aprovada, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, é correto afirmar que Carla

(A) poderá acumular o cargo do TJMS com o de analista da autarquia estadual *Alfa*, se houver compatibilidade de horários e a carga horária semanal não ultrapassar 60 horas.

(B) poderá acumular os três cargos, se houver compatibilidade de horários e a carga horária semanal não ultrapassar 80 horas.

(C) não poderá acumular nenhum dos cargos, ainda que haja compatibilidade de horários.

(D) poderá acumular o cargo do TJMS com o cargo de advogada da sociedade de economia mista estadual *Beta*, ainda que não haja compatibilidade de horários, se a carga horária semanal não ultrapassar 60 horas.

(E) poderá acumular o cargo do TJMS com o cargo de advogada da sociedade de economia mista estadual *Beta*, se houver compatibilidade de horários e a carga horária semanal não ultrapassar 40 horas.

17

O Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul prevê um rol de penas disciplinares a serem aplicadas de acordo com a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais do servidor infrator.

Nesse contexto, considerando as disposições previstas no referido estatuto (Lei nº 3.310/2006), assinale a opção que indica corretamente uma pena disciplinar.

(A) Advertência, aplicada oralmente, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres funcionais.
(B) Suspensão, que não excederá sessenta dias, e será aplicada, entre outros, nos casos de falta média e grave.
(C) Demissão, que acarreta a incompatibilidade para nova investidura em cargo efetivo ou em comissão, no âmbito do Poder Judiciário, pelo prazo de cinco anos.
(D) Destituição de cargo em comissão ou de função comissionada, nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e demissão.
(E) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade do servidor inativo que houver praticado, exclusivamente na aposentadoria, falta punível com suspensão ou demissão, e a disponibilidade do servidor que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

18

João, servidor público do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), no exercício de atividade-meio, figura como fiscal e ordenador de despesas em contrato de prestação de serviços setoriais.

Ante a ausência de prestação de contas ao término da execução do contrato, em sede de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul requisita documentos e informações para fins de tomada de contas, tendo sido peremptoriamente negadas por João.

Nesses termos, a conduta de João de negar acesso a documentos e informações ao controle externo exercido pela Corte de Contas, está

(A) correta, visto que o TCE-MS não exerce qualquer controle sobre o TJMS.
(B) incorreta, visto que é vedado ao servidor opor empecilho de qualquer natureza à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.
(C) correta, visto que o dever é de prestar contas apenas ao controle interno do próprio TJMS.
(D) incorreta, visto que todas as requisições de órgãos de controle externo devem ser atendidas pelo servidor no prazo de até 72 horas.
(E) correta, visto que o controle externo do TJMS é exercido apenas pelo Conselho Nacional de Justiça.

19

O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, quando, no exercício das funções, age de forma dolosa ou culposa, por ato omissivo ou comissivo.

Nesse contexto, acerca das responsabilidades previstas no Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a afirmativa correta.

(A) Tratando-se de dano causado a terceiro, exclusivamente por dolo, e indenizado pelo erário, caberá ação regressiva contra o servidor responsável pelo dano.
(B) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida, se não suplantar 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência (UFIRs).
(C) As cominações civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, embora sejam umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias.
(D) A absolvição criminal não afasta a responsabilidade civil ou administrativa, ainda que negue a existência do fato ou afaste o servidor acusado da respectiva autoria.
(E) Nos casos de indenização ao erário, o servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão, ao efetuar recolhimento ou entrada de numerário nos prazos legais.

20

A estabilidade é a garantia constitucional conferida ao servidor titular de cargo público, admitido por concurso, visando ao escorreito exercício das atribuições funcionais.

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez adquirida a estabilidade, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de

I. sentença judicial confirmada por qualquer órgão colegiado.
II. corte de despesas com pessoal, na forma que dispuser lei federal específica.
III. sindicância sumária presidida pelo agente competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

MÓDULO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Constitucional

21

Luana, Juíza da 1ª Vara Criminal da comarca *Alfa*, verificou que o número de defensores públicos atuantes na municipalidade era insuficiente para atender a todos os réus hipossuficientes, demandando a nomeação recorrente de defensores dativos por parte do Juízo.

Embora o município tivesse baixa concentração populacional e demanda relativamente reduzida, havia sobrecarga dos advogados dativos locais. Tal fato levou a Magistrada a determinar que o Defensor Público-Geral alocasse mais membros do órgão defensorial na municipalidade, de modo a fazer jus à real demanda local, sob pena de configuração de crime de desobediência.

Acerca da Defensoria Pública na Constituição Federal e da jurisprudência das Cortes Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A magistrada agiu corretamente, pois a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos.

( ) A magistrada agiu corretamente, pois a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, fundamentalmente, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

( ) A magistrada agiu corretamente, pois a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, fundamentalmente, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, mas não coletivos, de forma integral e gratuita, aos hipossuficientes economicamente.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – F.
(B) F – F – F.
(C) F – F – V.
(D) F – V – F.
(E) V – V – F.

22

A Constituição Federal assegura ao Poder Judiciário a autonomia administrativa e financeira, garantindo sua efetiva independência e a harmonia entre os poderes.

No contexto orçamentário do Poder Judiciário, de acordo com as disposições da Constituição Federal e da jurisprudência das Cortes Superiores, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes, na lei de diretrizes orçamentárias.
(B) Se o presidente do Tribunal de Justiça não encaminhar as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do dispositivo legal pertinente.
(C) Se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do dispositivo legal pertinente, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
(D) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
(E) A proposta orçamentária do Poder Judiciário deve ser elaborada pelo Executivo e encaminhada ao Legislativo no prazo legal, sob pena de o próprio Poder Judiciário proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária do ano anterior.

23

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão de natureza administrativa do Poder Judiciário, tendo como finalidades o controle da atuação administrativa e financeira do judiciário, a fiscalização dos juízes no cumprimento de seus deveres funcionais e o controle ético-disciplinar dos magistrados.

Considerando as disposições constitucionais acerca do CNJ, assinale a afirmativa correta.

(A) O Conselho Nacional de Justiça é composto por 10 (dez) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.
(B) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Presidente e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal.
(C) Junto ao Conselho oficiarão necessariamente o Procurador-Geral de Justiça e o Advogado-Geral da União.
(D) O Conselho será presidido pelo Ministro mais antigo na carreira da magistratura e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
(E) Compete ao Conselho receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do Poder Público ou oficializados.

24

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, cabendo-lhe precipuamente a guarda da Constituição.

Entre as diversas competências elencadas na Constituição Federal, cabe ao STF processar e julgar, originariamente,

(A) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos.

(B) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

(C) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

(D) o *habeas corpus* , o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

(E) As causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida uma lei ou um ato de governo local contestado em face desta Constituição.

25

Carlos, Promotor de Justiça do Estado *Alfa* é titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania da capital, tendo forte atuação perante o Tribunal de Justiça de referido estado.

Sua atuação escorreita, ao longo de muitos anos, o tornou um profissional reconhecido e admirado tanto no órgão ministerial quanto no Poder Judiciário local, o que levou o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* a oferecer-lhe um cargo de assessor especial de assuntos interinstitucionais adido à presidência.

Tal oferta, prontamente aceita por Carlos, tinha por escopo estreitar os laços entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, otimizando o serviço público em favor da sociedade.

A respeito dos membros do Ministério Público, considerando as disposições constitucionais e a jurisprudência das cortes superiores, assinale a afirmativa correta.

(A) Podem ocupar cargos fora da Instituição desde que com autorização do Procurador Geral de Justiça, como o voto da maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público.

(B) Podem ocupar cargos fora da Instituição, desde que não se afastem das atividades perante o órgão titularizado no âmbito do MP, garantindo a continuidade do serviço público.

(C) Podem ocupar cargos fora da instituição desde que autorizados pelo Procurador Geral de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em ato complexo.

(D) Não podem ocupar cargos públicos fora do âmbito da Instituição, salvo cargo de professor e funções de magistério.

(E) Não podem ocupar cargos fora do âmbito da Instituição, a menos que estejam em disponibilidade e sem remuneração paga pelo MP.

26

Os Tribunais de Contas são órgãos de controle externo de cunho administrativo, que têm por escopo realizar a fiscalização dos recursos públicos e a correta gestão orçamentária, em atendimento aos princípios democrático e republicano.

A respeito das competências próprias e privativas delineadas na Constituição para o referido órgão de envergadura constitucional, assinale a afirmativa correta.

(A) Apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento.

(B) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, o extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

(C) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

(D) Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão Técnica ou de Inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, criminal, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

(E) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário e a cassação dos direitos políticos.

27

A Constituição Federal prevê que os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na lei máxima, e que a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado.

Nesse contexto, quanto aos tribunais e juízes estaduais, assinale a afirmativa correta.

(A) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, permitida a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

(B) A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar, nos Estados em que o efetivo da Polícia Militar seja superior a vinte mil integrantes.

(C) O Tribunal de Justiça não poderá funcionar descentralizadamente, vedadas as câmaras regionais, a fim de assegurar o acesso uniforme do jurisdicionado à justiça, em todas as fases do processo.

(D) O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências de conciliação, vedadas as audiências de instrução e julgamento, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

(E) Os Tribunais de Justiça são compostos do chamado quinto constitucional, que incide sobre membros da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública, de forma intercalada.

28

O Mandado de Segurança (MS) é instrumento jurídico de natureza cível, alinhado à primeira dimensão de direitos fundamentais, que visa proteger direito líquido e certo de lesão ou ameaça de lesão, em razão de ilegalidade ou abuso de poder cometido por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições públicas.

No que tange à referida garantia constitucional, considerando o arcabouço jurídico que trata da matéria, assinale a afirmativa correta.

(A) O MS individual deve ser impetrado no prazo decadencial de trinta dias.

(B) Controvérsia sobre matéria de direito não impede o MS, mas os fatos devem ser provados no curso da instrução probatória processual.

(C) Contra ato praticado por autoridade no exercício de competência delegada, cabe MS contra essa autoridade.

(D) O MS coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, independentemente de ter representação no Congresso Nacional.

(E) O MS coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Direito Administrativo

29

A sociedade empresária *Alfa*, pessoa jurídica de direito privado, teve conhecimento de que existe uma investigação em curso, em seu detrimento, capitaneada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão da prática de suposto ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.

Nesse sentido, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

(A) Os diretores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. Por outro lado, os sócios, os cotistas e os colaboradores da entidade privada ficam isentos de qualquer responsabilidade.

(B) Os sócios, os cotistas e os diretores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. Por outro lado, os colaboradores da entidade privada ficam isentos de qualquer responsabilidade.

(C) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos ou indiretos, caso em que responderão, subsidiariamente, pelos danos causados ao erário.

(D) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos ou indiretos, caso em que responderão, solidariamente, pelos danos causados ao erário.

(E) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

30

José, analista do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, participou de palestra sobre o controle e responsabilização da Administração Pública.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o processo e julgamento do Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, competirá privativamente ao(à)

(A) Superior Tribunal de Justiça.

(B) Supremo Tribunal Federal.

(C) Câmara dos Deputados.

(D) Congresso Nacional.

(E) Senado Federal.

31

O Estado de Mato Grosso do Sul, procedeu, de forma motivada, à extinção unilateral de contrato administrativo celebrado com a sociedade empresária *Beta*, em razão de graves irregularidades praticadas pela contratada.

Assim, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato administrativo, determinada por ato unilateral da Administração, poderá acarretar as consequências a seguir elencadas, ***à exceção de uma***. Assinale-a.

(A) A ocupação e a utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.
(B) A retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública, sem abarcar o valor das multas aplicadas.
(C) A execução da garantia contratual, para exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.
(D) A execução da garantia contratual para pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.
(E) A assunção imediata do objeto do contrato, no estado e no local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

32

Nos termos da Lei Estadual nº 3.150/2005, incumbe ao segurado a inscrição de dependente no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (RPPS/MS), denominado Mato Grosso do Sul Previdência (MSPREV), sendo certo que a inscrição como beneficiário do regime de previdência social é pré-requisito para a percepção de qualquer benefício.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 3.150/2005, analise as afirmativas a seguir.

I. No ato de inscrição, o servidor declarará se possui tempo de serviço anterior em qualquer regime de previdência, hipótese em que a unidade de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de origem repassará essa informação à Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEPREV), com os demais dados necessários para a avaliação atuarial.
II. O servidor deverá formalizar, no órgão ou na entidade de origem, no prazo máximo de doze meses antecedentes ao tempo de implementação do direito ao benefício de aposentadoria, a intenção de averbação de tempo de serviço anterior, sob qualquer regime que irá averbar na qualidade de segurado da previdência estadual, apresentando a documentação correspondente.
III. As modificações na situação cadastral de servidor ocupante de cargo efetivo ou de seus dependentes e dos pensionistas deverão ser imediatamente comunicadas pela unidade de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de origem à Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEPREV), que providenciará o imediato registro nos sistemas informatizados disponíveis.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

33

A sociedade empresária *XPTO*, interessada em celebrar parceria público-privada com o Estado de Mato Grosso do Sul, buscou informações junto à legislação de regência sobre a matéria, em especial, no que se refere à contraprestação da Administração Pública nos contratos administrativos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que a contraprestação da Administração Pública, nos contratos de parceria público-privada, poderá ser feita por

(A) ordem bancária, cessão de créditos tributários, outorga de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos de uso comum do povo, além de outros meios admitidos em lei.
(B) ordem bancária, cessão de créditos tributários, outorga de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos de uso especial, além de outros meios admitidos em lei.
(C) ordem bancária, cessão de créditos não tributários, outorga de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, além de outros meios admitidos em lei.
(D) cessão de créditos não tributários, outorga de direitos em face do Estado, outorga de direitos sobre bens públicos de uso comum do povo, além de outros meios admitidos em lei complementar.
(E) cessão de créditos não tributários, outorga de direitos em face do Estado, outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, além de outros meios admitidos em regulamento.

34

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, durante o qual sua aptidão e sua capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 3.310/2006, é correto afirmar que o servidor não aprovado no estágio probatório será

(A) exonerado ou revertido ao cargo anteriormente ocupado, ainda que não seja estável.
(B) demitido ou reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, ainda que não seja estável.
(C) exonerado ou, se estável, reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.
(D) exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
(E) demitido ou, se estável, reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.

35

A sociedade empresária *XYZ* foi condenada, em processo administrativo de responsabilização, pela prática de ato lesivo à Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Isto porque a referida entidade privada teria fraudado a realização de determinado ato de procedimento licitatório público. Aplicou-se, assim, sanção administrativa à referida pessoa jurídica, de forma motivada.

Assim, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que à sociedade empresária *XYZ* foi aplicada a sanção de

(A) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas.
(B) perdimento dos bens ou direitos que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração.
(C) publicação extraordinária da decisão condenatória.
(D) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
(E) dissolução compulsória da pessoa jurídica.

36

Interessada em participar de processo licitatório no Estado de Mato Grosso do Sul, a sociedade empresária *Gama*, em consulta à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, constatou que a habilitação é a fase da licitação em que se verificam as informações e os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A habilitação trabalhista visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.
( ) A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.
( ) As condições de habilitação serão definidas no edital, sendo certo de que as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.
(B) F – V – V.
(C) V – F – V.
(D) V – V – V.
(E) V – V – F.

Direito Civil

37

Em 10 de março de 2025, Lucas obrigou-se a entregar à Marina, no dia 30 de abril do mesmo ano, determinado equipamento industrial no estabelecimento da credora, conforme estipulado em contrato.

Lucas, contudo, não realizou a entrega na data ajustada, alegando que estava viajando a negócios. O equipamento permaneceu guardado nas instalações da sociedade empresária de Lucas e, em 10 de maio de 2025, foi totalmente destruído por incêndio decorrente de curto-circuito imprevisível, caracterizado como caso fortuito.

Após o ocorrido, Lucas comunicou a Marina que o contrato estaria resolvido de pleno direito, em razão da impossibilidade da prestação. Marina, por sua vez, ajuizou ação pleiteando perdas e danos, juros, atualização monetária e honorários advocatícios.

Diante da situação hipotética narrada e à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Lucas incorreu em mora a partir do vencimento da obrigação e responde pelas perdas e danos, juros, atualização monetária e honorários advocatícios, ainda que a impossibilidade da prestação tenha resultado de caso fortuito ocorrido durante o atraso.
(B) Lucas não incorreu em mora, pois a viagem de negócios constitui justificativa plausível para o atraso na entrega do equipamento, afastando sua responsabilidade pelos prejuízos decorrentes do incêndio.
(C) A mora de Lucas somente se caracterizaria após uma interpelação judicial ou extrajudicial por parte de Marina, razão pela qual o incêndio ocorrido antes da interpelação extingue a obrigação sem responsabilidade.
(D) O contrato resolve-se de pleno direito em razão do caso fortuito, pois a destruição do equipamento impossibilitou definitivamente a prestação, afastando qualquer dever de indenizar.
(E) Marina incorreu em mora do credor, pois não buscou o equipamento nas instalações da empresa de Lucas, assumindo os riscos da destruição do bem.

38

Carlos, aposentado, constatou a realização de diversas transferências eletrônicas suspeitas em sua conta-corrente, destinadas às contas de terceiros desconhecidos, sem sua autorização e que acabaram por privá-lo dos recursos necessários para a compra dos seus remédios de uso contínuo.

Em atendimento administrativo, a instituição financeira reconheceu a possibilidade de ocorrência de suposta fraude, mas recusou-se a ressarcir os prejuízos, sob o argumento de que as transações foram realizadas mediante uso regular de senha e canais eletrônicos legítimos, razão pela qual não haveria qualquer responsabilidade da instituição.

Diante disso, Carlos ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face do banco, requerendo o ressarcimento de todos os prejuízos e danos suportados.

Sobre a situação hipotética narrada, com base no Código de Defesa do Consumidor e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) A instituição financeira responde objetivamente pelos danos suportados por Carlos, porque as fraudes praticadas por terceiros no contexto da prestação de serviços bancários integram o risco da atividade, configurando fortuito interno, o que impede o afastamento da responsabilidade.

(B) A responsabilidade da instituição financeira deve ser afastada, uma vez que a fraude foi praticada por um terceiro estranho à relação de consumo, caracterizando fortuito externo, hipótese que exclui a responsabilidade objetiva da instituição financeira.

(C) Embora se trate de relação de consumo, a instituição financeira somente poderia ser responsabilizada se comprovada falha concreta em seus sistemas de segurança, pois a ocorrência de fraude, por si só, não é suficiente para caracterizar fortuito interno.

(D) O banco responde apenas pelos danos materiais, uma vez que fraudes praticadas por terceiros, ainda que reconhecidas como fortuito interno, não ensejam indenização por danos morais, por configurarem mero dissabor cotidiano.

(E) A instituição financeira não responde pelos prejuízos experimentados por Carlos, porque decorreram de ação de terceiros, salvo se demonstrado que houve participação direta de seus prepostos na fraude, hipótese em que se afastaria o fato exclusivo de terceiro.

39

Em 28 de novembro de 2008, foi celebrado contrato de locação de imóvel urbano por 24 meses, garantido por fiança prestada por terceiros, contendo cláusula expressa segundo a qual os fiadores responderiam pelas obrigações contratuais durante toda a vigência do contrato. À época da contratação, a Lei de Locações não disciplinava expressamente a responsabilidade dos fiadores na hipótese de prorrogação do contrato por prazo indeterminado, e o Código Civil apenas previa a possibilidade de o fiador se exonerar da fiança sem limitação de tempo.

Em 2009, a Lei de Locações foi alterada, tendo sido introduzida norma expressa, segundo a qual, "Salvo disposição contratual em contrário, qualquer das garantias da locação se estende até a efetiva devolução do imóvel, ainda que prorrogada a locação por prazo indeterminado".

Encerrado o prazo originalmente ajustado, a locação foi prorrogada automaticamente por prazo indeterminado, sem que os fiadores manifestassem intenção de se exonerar da garantia. Em setembro de 2015, em razão de inadimplemento dos aluguéis e de danos ao imóvel, o locador, pretendendo ajuizar ação de despejo cumulada com cobrança e indenização, contrata consultoria jurídica especializada para saber se os fiadores permanecem garantidores, aplicando-se a regra introduzida na Lei de Locações em 2009.

Diante da situação hipotética narrada, da legislação vigente e do entendimento do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Os fiadores permanecem responsáveis pelas obrigações decorrentes da prorrogação do contrato, pois a norma introduzida na Lei de Locações em 2009 tem aplicação imediata aos contratos em curso, alcançando os efeitos futuros da relação locatícia, sem violar o ato jurídico perfeito.

(B) Os fiadores permanecem responsáveis, pois, embora o contrato tenha sido celebrado antes da alteração legislativa, a prorrogação da locação por prazo indeterminado configura nova relação jurídica, atraindo integralmente a incidência da lei posterior.

(C) Os fiadores não permanecem responsáveis, pois a regra introduzida na Lei de Locações em 2009 não pode retroagir para alcançar contrato celebrado anteriormente, devendo ser preservado o ato jurídico perfeito, nos termos da LINDB, aplicando-se o regime vigente à época da contratação.

(D) Os fiadores somente permaneceriam responsáveis se houvesse cláusula expressa prevendo a extensão da garantia até a devolução do imóvel, sendo insuficiente a aplicação da lei superveniente aos contratos celebrados antes de sua vigência.

(E) Os fiadores não permanecem responsáveis, pois a ausência de manifestação expressa, após a prorrogação do contrato implica exoneração automática da fiança, em observância ao princípio da vedação à perpetuidade das garantias pessoais.

40

Determinada sociedade empresária pretende iniciar atividade econômica classificada como de baixo risco, a ser desenvolvida em imóvel privado mediante anuência do proprietário, sem impacto ambiental relevante.

Ao protocolar requerimento junto à Administração Pública, foi informada de que somente poderia iniciar suas atividades após expedição de alvará, apresentação de diversas certidões sem previsão legal e cumprimento de medidas mitigatórias urbanísticas não diretamente relacionadas ao empreendimento. Além disso, foi alertada de que o silêncio da autoridade administrativa não produziria qualquer efeito jurídico.

Diante da situação hipotética narrada e à luz da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, Lei nº 13.874/2019, assinale a afirmativa correta.

(A) A Administração Pública pode exigir alvará prévio e certidões administrativas, ainda que sem previsão legal expressa, desde que a finalidade seja a proteção do interesse público e da ordem urbanística.

(B) A sociedade empresária tem o direito de iniciar a atividade econômica de baixo risco sem prévio ato público de liberação, sujeitando-se apenas à fiscalização posterior, não podendo ser exigidas certidões sem previsão legal nem medidas mitigatórias abusivas.

(C) O silêncio da Administração Pública jamais poderá importar em aprovação tácita de atos de liberação da atividade econômica, em razão do princípio da legalidade estrita.

(D) A exigência de medidas compensatórias urbanísticas é sempre legítima, ainda que voltada a impactos não diretamente relacionados à atividade econômica pretendida.

(E) O direito ao exercício de atividade econômica de baixo risco somente existe após a regulamentação específica pelo ente federativo competente.

41

Joana foi criada, desde os dois anos de idade, por Marcos, que exerceu, de forma contínua e pública, as funções paternas, estabelecendo com ela vínculo afetivo sólido, embora não fosse seu pai biológico. Anos depois, Joana descobriu a identidade de seu genitor biológico, Paulo, com quem passou a manter relação de convivência. Diante disso, Joana ajuizou ação buscando o reconhecimento simultâneo da paternidade socioafetiva e da paternidade biológica, com todos os efeitos jurídicos decorrentes.

Sobre a situação hipotética narrada, de acordo com o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) O reconhecimento da paternidade biológica prevalece automaticamente sobre a socioafetiva, por força do princípio da verdade real, afastando os efeitos jurídicos do vínculo afetivo.

(B) O reconhecimento da paternidade socioafetiva impede o posterior reconhecimento da paternidade biológica, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica e da unicidade do vínculo parental.

(C) A multiparentalidade somente pode ser admitida se houver prévia exclusão do vínculo biológico no registro civil, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não admite pluralidade de vínculos parentais.

(D) É juridicamente possível o reconhecimento simultâneo da paternidade biológica e da paternidade socioafetiva, produzindo ambas todos os efeitos jurídicos em respeito à dignidade da pessoa humana e à proteção integral da filiação.

(E) A multiparentalidade é admitida apenas para fins registrais, não produzindo efeitos jurídicos patrimoniais, como alimentos ou direitos sucessórios.

42

João, empresário do ramo imobiliário, faleceu em 2023, deixando considerável patrimônio a ser partilhado. João era viúvo e tinha dois filhos: Ana, que faleceu antes dele, deixando dois filhos, e Bruno, comerciante individual, pai de um filho, que acumulou diversas dívidas decorrentes de sua atividade empresarial, todas vencidas e exigíveis à época da abertura da sucessão.

Instaurado o inventário judicial, Bruno, temendo que os bens hereditários fossem utilizados para a satisfação de seus credores, formalizou renúncia expressa à herança, devidamente homologada nos autos, com o objetivo de que seu filho fosse chamado à sucessão por direito de representação.

Os credores de Bruno, ao tomarem conhecimento da renúncia, requereram ao juízo do inventário autorização para aceitar a herança em nome do renunciante, a fim de satisfazer seus créditos. Já os filhos de Ana, diante da renúncia de Bruno, sustentam que seriam os destinatários da integralidade da herança.

Diante da situação hipotética narrada e à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) A renúncia de Bruno impede a atuação de seus credores e afasta o direito sucessório de seus descendentes, devendo a herança ser integralmente atribuída aos filhos de Ana, por direito próprio.

(B) A renúncia de Bruno produz plenamente seus efeitos, devendo seu filho ser chamado à sucessão por direito de representação, ficando os credores limitados à execução sobre o patrimônio próprio do devedor.

(C) A renúncia de Bruno é ineficaz por causar prejuízo aos credores, devendo ser desconsiderada, o que autoriza tanto o filho de Bruno quanto os filhos de Ana a concorrerem simultaneamente na sucessão.

(D) Os credores de Bruno, ao aceitarem a herança em nome do renunciante, passam a ocupar a posição de herdeiros, concorrendo diretamente com os filhos de Ana na partilha dos bens deixados por João.

(E) Os credores de Bruno podem, com autorização judicial, aceitar a herança em nome do renunciante até o limite necessário à satisfação de seus créditos, não podendo o filho de Bruno suceder por representação, sendo o eventual remanescente destinado aos filhos de Ana.

Direito Processual Civil

43

Marcos ajuizou uma ação monitória em face do Estado de Mato Grosso do Sul, exigindo o pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e apresentando, como prova, depoimentos testemunhais colhidos antes do processo, e reduzidos a termo em produção antecipada de prova, nos termos do Art. 381, do CPC.

Considerando ser evidente o direito do autor, o Juízo deferiu a expedição de mandado de pagamento, concedendo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios, de cinco por cento do valor atribuído à causa.

Mesmo regularmente citada e intimada, a Fazenda Estadual não apresentou impugnação, uma vez que os fatos narrados pela parte autora encontram amparo em orientação firmada em súmula administrativa.

Com base no caso em análise, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação monitória não é admissível, por ser ajuizada em face da Fazenda Pública.

(B) A ação monitória não é admissível, uma vez que é fundada em depoimentos testemunhais colhidos antes do processo e reduzidos a termo em produção antecipada de prova.

(C) A sentença deverá julgar procedente o pedido formulado na ação monitória para constituir o título executivo judicial, e estará sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

(D) O Juiz deverá decretar a revelia da parte ré e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pela parte autora.

(E) Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, observando-se, no que couber, o capítulo relativo ao cumprimento de sentença estabelecido no Código de Processo Civil.

44

A inépcia da petição inicial configura-se como vício processual de natureza formal que impede o regular desenvolvimento do processo, ocorrendo quando a peça exordial padece de defeitos lógicos ou omissões que impossibilitam a compreensão da lide ou o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo réu.

Nesse cenário, conforme disposição do Código de Processo Civil, assinale a opção que apresenta um exemplo de *inépcia*.

(A) Na ação em que se pretende a concessão de tutela antecipada em caráter antecedente, a ausência de aditamento à inicial com a complementação de sua argumentação e a confirmação do pedido de tutela final.

(B) Na ação rescisória, a ausência de fundamentação sobre tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta a impor outra solução, quando se basear na inaplicabilidade de enunciado de súmula.

(C) Na ação proposta sob o rito ordinário, a evidente contrariedade a entendimento firmado em incidente de assunção de competência.

(D) Nos embargos à execução, a ausência de indicação do valor entendido como correto, quando o único fundamento for o excesso de execução

(E) Na ação de consignação em pagamento, a ausência do depósito do valor devido.

45

Durante audiência de instrução e julgamento, na qual o Ministério Público atuava como fiscal da ordem jurídica, as partes noticiaram que o Promotor de Justiça com atribuição reteve documentos de maneira artificiosa, o que criou embaraços à efetivação de decisão judicial proferida anteriormente.

Em razão disso, na referida audiência, o Promotor de Justiça pronunciou palavras ofensivas e, ainda, apresentou manifestação escrita com outras ofensas às partes pela acusação realizada.

Nesse cenário, à luz das disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, o Juiz deverá

(A) remeter ofício à Corregedoria do Ministério Público para apuração da conduta do Promotor de Justiça, sendo vedado cassar a palavra do Promotor e, de ofício ou a requerimento da parte, determinar que sejam riscadas as palavras ofensivas.

(B) remeter ofício à Corregedoria do Ministério Público para apuração da conduta do Promotor de Justiça, sendo vedado cassar a palavra do Promotor e, apenas por requerimento da parte, determinar que sejam riscadas as palavras ofensivas.

(C) remeter ofício à Corregedoria do Ministério Público para apuração da conduta do Promotor de Justiça, podendo cassar a palavra do Promotor e, de ofício ou a requerimento da parte, determinar que sejam riscadas as palavras ofensivas.

(D) impor multa ao Promotor de Justiça por ato atentatório à dignidade da Justiça, sendo vedada a cassação da palavra do Promotor e, de ofício ou a requerimento da parte, determinar que sejam riscadas as palavras ofensivas.

(E) impor multa ao Promotor de Justiça por ato atentatório à dignidade da Justiça, podendo cassar sua palavra em audiência e, apenas por requerimento da parte, determinar que sejam riscadas as palavras ofensivas.

46

Maria e Ricardo buscaram o advogado Antônio para que os representasse em ações judiciais distintas. Maria foi admitida como assistente simples de autor em ação possessória, a qual se encontra na pendência de realização de perícia grafotécnica na fase de instrução.

Ricardo, por outro lado, obteve sentença desfavorável na ação por ele proposta, razão pela qual interpôs recurso de apelação, pendente de julgamento no Tribunal de Justiça competente. Após o falecimento do advogado Antônio, único patrono de Maria e Ricardo, esses foram intimados para que regularizassem a representação processual em tempo adequado, nos respectivos processos, sem que tivessem indicado novo advogado.

Dessa forma, à luz das regras processuais sobre o tema, o vício acarretará

(A) a exclusão de Maria e a extinção do processo de Ricardo.

(B) a extinção do processo de Maria e o não conhecimento do recurso de Ricardo.

(C) a exclusão de Maria e o desentranhamento do recurso de Ricardo.

(D) a revelia de Maria e o não conhecimento do recurso de Ricardo.

(E) a exclusão de Maria e o não conhecimento do recurso de Ricardo.

47

Nos autos da ação de obrigação de fazer, movida por Fábio contra João, foi proferida decisão interlocutória pelo Juízo Cível, rejeitando o pedido de tutela provisória de urgência formulado pela parte autora.

Irresignado, no 15º dia útil após a publicação da referida decisão, Fábio interpôs recurso de agravo de instrumento, esquecendo-se de acostar ao recurso prova da ocorrência de feriado local.

Considerando o caso narrado e que não havia no processo eletrônico informações a respeito do feriado local, assinale a opção que apresenta a solução processual a ser adotada.

(A) O relator não deverá conhecer do recurso, posto que, no ato de sua interposição, estava desacompanhado da efetiva comprovação da ocorrência de feriado local.

(B) O relator deverá conhecer do recurso, pois manifestamente tempestivo.

(C) O relator deverá determinar a correção do vício formal, intimando o agravante para acostar o comprovante da ocorrência de feriado local.

(D) O relator não deverá conhecer do recurso, pois feriados locais não devem ser considerados como dias não úteis para fins de contagem de prazo processual.

(E) O relator não deverá conhecer do recurso, já que interposto contra decisão interlocutória não abarcada pelas hipóteses estabelecidas no rol taxativo do Art. 1.015 do CPC.

48

Maria ajuizou uma ação em face de Renato, versando sobre direitos indisponíveis.

Após a citação da parte ré por meio de mandado entregue por Oficial de Justiça, ultrapassado o prazo processual, Renato deixou de apresentar defesa. Diante de tal fato, Maria requereu ao Juízo em que tramita a referida ação, a decretação da revelia do réu.

Considerando o caso em comento, o pedido de Maria deve ser

(A) acolhido, mas não haverá a incidência do efeito material da revelia.

(B) acolhido, e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas por ela em sua petição inicial.

(C) rejeitado, porque não se pode decretar revelia quando a demanda versar sobre direitos indisponíveis.

(D) rejeitado, pois somente se pode decretar a revelia quando a citação do réu se der por edital.

(E) acolhido, e Renato estará impedido de intervir no processo, a partir da decisão que decretar revelia.

Direito Penal

49

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ofereceu denúncia em face de João, com 20 anos de idade, e de Lucas, com 72 anos de idade, os quais praticaram, em novembro de 2025, diferentes infrações penais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que os prazos de prescrição são reduzidos de metade, quando o criminoso era,

(A) ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou, na data da sentença, maior de setenta anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.
(B) ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou, na data da sentença, maior de setenta anos, independentemente do crime praticado.
(C) ao tempo do crime, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.
(D) na data da sentença, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.
(E) na data da sentença, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, independentemente do crime praticado.

50

Lucas, maior e capaz, subtraiu, sem violência ou grave ameaça, R$ 2.000,00 (dois mil reais), montante pertencente ao seu sobrinho, sem que exista relação de coabitação entre as partes. Registre-se que a vítima do delito patrimonial tem cinquenta anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Lucas

(A) responderá pelo crime de furto, mas somente se procede mediante queixa-crime, já que o crime foi cometido em prejuízo do seu sobrinho.
(B) responderá pelo crime de furto, mas somente se procede mediante representação, já que o crime foi cometido em prejuízo do seu sobrinho.
(C) é isento de pena, por ter praticado o crime de furto em detrimento do seu sobrinho.
(D) não incorreu em crime, por ter praticado a conduta em detrimento do seu sobrinho.
(E) responderá pelo crime de furto, mediante ação penal pública incondicionada.

51

Após a observância das formalidades constitucionais e legais, Juan, nacional da Bolívia, foi expulso do território nacional. Posteriormente, agindo com dolo, Juan novamente ingressou, de forma clandestina, no território brasileiro, atravessando a fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Juan

(A) responderá pelo crime de reingresso de estrangeiro expulso, na modalidade qualificada.
(B) responderá pelo crime de reingresso de estrangeiro expulso, na modalidade simples.
(C) não responderá por qualquer delito, em razão da atipicidade material da conduta.
(D) não responderá por qualquer delito, em razão da atipicidade formal da conduta.
(E) não responderá por qualquer delito, sem prejuízo de nova expulsão.

52

José foi condenado definitivamente pela prática do crime de homicídio simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena. Registre-se que os fatos ocorreram em dezembro de 2025.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que o homicídio foi cometido

(A) mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido.
(B) com emprego de arma de fogo de uso restrito.
(C) contra menor de quatorze anos.
(D) com emprego de veneno.
(E) por grupo de extermínio.

53

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, João foi condenado, definitivamente, pela prática de determinada infração penal. Registre-se que a pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direito, mais especificamente pela limitação de final de semana.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos,

(A) por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, sendo certo de que, durante a permanência, poderão ser ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas ao condenado.
(B) por cinco horas, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, sendo certo de que, durante a permanência, deverão ser ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas ao condenado.
(C) por doze horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, sendo certo de que, durante a permanência, poderão ser ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas ao condenado.
(D) por doze horas diárias, em colônia agrícola ou industrial, sendo certo de que, durante a permanência, deverão ser ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas ao condenado.
(E) por cinco horas, em colônia agrícola ou industrial, sendo certo de que, durante a permanência, poderão ser ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas ao condenado.

54

Maria, maior e capaz, contou para Lucas, seu namorado, que o seu tio João a importunou sexualmente, praticando ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, sem a sua anuência. Irresignado com a situação apresentada, Lucas afirmou que Maria deveria levar os fatos ao conhecimento das autoridades públicas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de importunação sexual na modalidade

(A) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, desde que Maria represente criminalmente contra o agente, por se tratar de delito sujeito à ação penal pública condicionada à representação da vítima.

(B) qualificada, sem qualquer causa de aumento de pena, desde que Maria represente criminalmente contra o agente, por se tratar de delito sujeito à ação penal pública condicionada à representação da vítima.

(C) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, independentemente de qualquer representação de Maria, por se tratar de delito sujeito à ação penal pública incondicionada.

(D) qualificada, sem qualquer causa de aumento de pena, independentemente de qualquer representação de Maria, por se tratar de delito sujeito à ação penal pública incondicionada.

(E) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, desde que Maria ofereça queixa-crime contra o agente, por se tratar de delito sujeito à ação penal de iniciativa privada.

Direito Processual Penal

55

Lucas, após praticar o crime de feminicídio, em detrimento de sua ex-companheira, foi preso em flagrante pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo encaminhado, em seguida, à unidade policial.

À luz das disposições do Código de Processo Penal, considera-se em *flagrante delito* quem

(A) está cometendo a infração penal, acabou de cometê-la, ou é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração ou é encontrado, em até vinte e quatro horas, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

(B) está cometendo a infração penal, acabou de cometê-la, ou é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração ou é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

(C) está cometendo a infração penal, acabou de cometê-la, ou é perseguido, logo após, pela autoridade policial, em situação que se demonstre ser autor da infração ou é encontrado, no dia da prática do delito, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

(D) está cometendo a infração penal, acabou de cometê-la ou é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração, apenas.

(E) está cometendo a infração penal ou acabou de cometê-la, apenas.

56

João, maior e capaz, residente e domiciliado no Estado de Mato Grosso do Sul, presenciou o momento em que um membro de determinada organização criminosa assassinou um rival. Dessa forma, interessado em ser colocado em um programa de proteção às testemunhas, João buscou informações sobre o tema.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.807/1999, é correto afirmar que o ingresso do protegido no programa será decidido pelo

(A) Conselho Nacional de Justiça, sendo certo de que as suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta.

(B) Ministério Público, em decisão sigilosa, acessível somente ao Juízo competente, à autoridade policial e ao interessado.

(C) Juízo competente, em decisão sigilosa, acessível somente ao Ministério Público, à autoridade policial e ao interessado.

(D) Conselho Deliberativo, sendo certo de que as suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

(E) Conselho Deliberativo, sendo certo de que as suas deliberações serão tomadas por maioria simples de seus membros.

57

Após a observância do devido processo legal, José foi condenado pela prática do crime de roubo, com a incidência de três causas de aumento de pena.

Após negar provimento ao recurso de apelação, o Tribunal de Justiça declarou o trânsito em julgado da condenação. No curso da execução penal, contudo, foram descobertas novas provas que autorizam a diminuição da pena aplicada ao condenado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a defesa de José poderá se valer de

(A) um recurso extraordinário, a ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
(B) um mandado de segurança, a ser processado e julgado pelo Tribunal de Justiça.
(C) um recurso especial, a ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
(D) embargos de declaração, a serem opostos pelo juízo sentenciante.
(E) revisão criminal, a ser processada e julgada pelo Tribunal de Justiça.

58

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Maria, que se encontra grávida, foi condenada, definitivamente, pela prática de determinada infração penal, iniciando-se o cumprimento da sanção privativa de liberdade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime estão elencados a seguir, ***à exceção de um***. Assinale-o.

(A) Ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento.
(B) Não ter cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa.
(C) Ter cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior.
(D) Não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente.
(E) Não ter integrado organização criminosa.

59

Lucas foi sorteado para integrar o Tribunal do Júri da Comarca *Alfa*, no Estado de Mato Grosso do Sul. O particular, buscando maiores informações, constatou que o serviço do júri é obrigatório, sendo certo que o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de dezoito anos de notória idoneidade.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente, será aplicada multa de dez a cem salários mínimos, a critério do Juiz, de acordo com a sua condição econômica.
II. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de perda dos direitos políticos.
III. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente, nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) II e III, apenas.

60

Matheus, analista do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, está trabalhando em duas diferentes persecuções penais. Na primeira, ele constatou que a prova de uma infração influi na prova de outra. No segundo processo, ele verificou que duas pessoas foram acusadas pelo mesmo delito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a competência será determinada pela

(A) continência, quando a prova de uma infração influi na prova de outra infração. Por sua vez, a competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.
(B) conexão, quando a prova de uma infração influi na prova de outra infração. Por sua vez, a competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.
(C) prevenção, quando a prova de uma infração influi na prova de outra infração, bem como quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.
(D) continência, quando a prova de uma infração influi na prova de outra infração, bem como quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.
(E) conexão, quando a prova de uma infração influi na prova de outra infração, bem como quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.

Realização